

Uma oportuna definição de "politização" da dívida

O embaixador brasileiro em Washington, Sérgio Correia da Costa, falando perante uma comunidade de 200 representantes de bancos em Nova York, colocou a questão da chamada "politização" da dívida externa nos seus devidos termos.

De acordo com o relato do nosso correspondente, A. M. Pimenta Neves, o embaixador Correia da Costa começou por definir de maneira ao mesmo tempo simples e brilhante os fundamentos dessa "politização" do problema. É que cabe aos bancos, aos governos e ao FMI, agindo conjuntamente, encontrar os mecanismos adequados para fazer baixar as taxas de juros, estender os prazos de amortização da dívida e estabelecer uma proporcionalidade razoável entre serviço da dívida e receitas de exportação dos países devedores.

Como se vê, o mundo dos negócios e as pessoas comuns não precisariam, a rigor, ficar alarmadas ou angustiadas com o tamanho da dívida e o peso do seu serviço se aquelas condições e proporcionalidade fossem estabelecidas. Os credores também não necessitariam estar discutindo ou temendo uma inadimplência generalizada se já tivesse sido possível viabilizar um esquema adequado. E, sem dúvida, se não se conseguir viabilizá-lo, está certo o embaixador brasileiro em dizer que "ninguém sairá vencedor, e o mundo de amanhã será ainda mais pobre e mais inóspito para todos".

Nós não temos muitas ilusões de que tais palavras produzam efeitos concretos imediatos no ambiente em que falava o embaixador. Assim como é difícil, no âmbito interno de cada país, convencer as pessoas ricas e seguras de que o mal-estar de grande parte da sociedade pode perturbar-lhes o sono, também nas relações entre nações é difícil demonstrar que o bem-estar de algumas não pode sobreviver em meio ao mal-estar de quase todas.

Por isso temos dito aqui, muitas vezes, que o esforço de persuasão junto a banqueiros e autoridades do chamado Primeiro Mundo, e junto ao FMI, no sentido de que aceitem negociações num quadro político que de fato abram caminho para soluções equitativas, não pode limitar-se a apelos e advertências. Tem de processar-se paralelamente a pressões políticas bem articuladas, dosadas e estudadas, a fim de produzir resultados concretos em tempo hábil.

O embaixador Correia da Costa mostrou que os atuais esquemas para lidar com o problema são aceitáveis apenas como forma de ganhar tempo:

"Sabemos que não estamos — diz ele, no entanto — seguindo um caminho viável a longo prazo. Ninguém poderá negar que uma austeridade prolongada gera instabilidade, solapa as instituições democráticas, conduz à radicalização política e a regimes autoritários".

Nos Estados Unidos a maior parte da opinião pública tem a tendência de reagir a tais palavras com um dar de ombros, como quem diz: bem, este é um problema de vocês, e não nosso. Ainda não é grande a percepção de que hoje em dia a instabilidade facilmente atravessa fronteiras e se dissemina, constituindo, portanto, também, um elemento da interdependência internacional. Mas a grande imprensa norte-americana, pelo menos, parece ter compreendido isso, e tem, de certo modo, ajudado a difundir a tese de que o problema da dívida externa merece preocupações e principalmente tratamento de natureza política.

Aliás, o embaixador Correia da Costa também destacou em seu discurso, de maneira inteligente, que não vê nenhum dilema entre abordagem técnica ou política para a questão da dívida: "O simples fato de os devedores serem Estados soberanos — diz ele muito bem — já confere ao problema substância política. E, ainda que assim não fosse, o volume de recursos em jogo bastaria para atribuir conteúdo político aos riscos existentes tanto para devedores quanto para credores".

Isso nos parece responder adequadamente àqueles que no Brasil ou alhures querem enxergar uma disputa intragoverno sobre quem fica com o comando das negociações: se a administração econômica governamental, se a diplomacia. Não tem cabimento essa disputa, aliás, nem haveria que cogitar dela, pois, na verdade, o comando de tais negociações cabe ao governo, precipuamente ao presidente da República, que deve definir e atribuir tarefas apropriadas, na questão, a cada um dos ministros envolvidos. No Brasil só parece ter havido disputa por primazias em virtude da omissão de quem deveria, institucionalmente, estabelecer a estratégia e as táticas na questão. O nosso presidente, como sabemos, está paralisado por suas mágoas...

Mas o embaixador brasileiro ainda tem razão ao dizer que desde setembro de 1982 não existe mais "mercado" no qual se possa negociar a dívida: as decisões básicas sobre quanto emprestar, quando emprestar, a que juros e a que prazos, desde aquele momento, não estão sendo tomadas com base em indicações e possibilidades de mercado, mas em virtude de acordos que em última análise possuem conotação política. Os bancos particulares que têm pouco dinheiro aplicado no Brasil já teriam caído fora do barco se fossem seguir apenas os ditames do mercado. Não caíram porque foram pressionados pelos bancos grandes, e estes, por sua vez, por seus respectivos governos, atendendo a considerações de natureza política.

Transformar, portanto, esses acordos de curto prazo e ainda leoninos para os devedores em acordos de longo prazo mais equitativos é uma questão que envolve, certamente, um equacionamento técnico, mas que depende, fundamentalmente, de vontade e empenho político dos governos.

É nesse sentido que se fala em "politização" da dívida, e não no sentido de gerar um conflito político entre devedores e credores que leve os primeiros a um calote coletivo e os segundos a represálias de todo tipo. A "politização", do modo como a entendemos, é necessária para superar o problema, e não para agravá-lo.